

# Greve e receio adiam pacote



Manifestação contra medidas propostas por Javier Milei levou milhares às ruas de Buenos Aires

O presidente da Argentina, Javier Milei, obteve parecer favorável de comissões da Câmara dos Deputados ontem para a Lei Ônibus, um pacote amplo de reformas que incluem privatizações e alterações nas legislações eleitoral e penal. A vitória se deu no mesmo dia em que ocorreu greve geral no país.

Este é o primeiro passo para o governo conseguir a aprovação do pacote. Com o parecer positivo das comissões, o projeto pode ser votado no plenário. A expectativa da Casa Rosada era de que a votação acontecesse hoje, mas isso só deve ocorrer na próxima terça-feira. Se for aprovada pela Câmara, a legislação avança para o Senado.

A avaliação do governo de Milei, segundo a imprensa local, é de que ainda não há maioria para aprovar pontos centrais do texto em plenário. Por isso, a votação foi adiada. Diante da notícia, as centrais sindicais já falam em novas mobilizações para semana que vem.

Apresentada no dia 27 de dezembro, a versão original da proposta – oficialmente chamada de Lei de Bases e Pontos para Liberdade dos Argentinos – continha 664 artigos. Foi justamente a amplitude sem precedentes do projeto, cujo objetivo é impulsionar e desburocratizar a economia em meio a um cenário de hiperinflação, que gerou o apelido de Lei Ônibus.

As fortes resistências entre as entidades de classe e no próprio Congresso, porém, obrigaram o governo a retirar 141 dispositivos (veja quadro).

Convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), maior central sindical do país, e com adesão de outras entidades, como a Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA), a greve geral se iniciou ao meio-dia com o lema “O país não está à venda” e uma marcha em direção ao Congresso, no centro de Buenos Aires, onde ocorreu ato para pressionar os parlamentares.

## Serviços

As agências bancárias funcionaram apenas pela manhã e a adesão de trabalhadores do setor aéreo levou ao cancelamento de voos – incluindo 33 voos das companhias Gol e Latam, o que afetou o fluxo de turistas brasileiros e argentinos. Por outro lado, a maioria dos estabelecimentos comerciais permaneceu aberta.

A previsão era que as linhas de ônibus e metrô operassem até 19h, para que as pessoas pudessem se deslocar até o local da manifestação, e depois parassem até a meia-noite. Também houve adesão de outros setores, como coleta de lixo, construção civil e saúde.

Houve divergência em relação ao número de pessoas que com-

pareceram ao ato: a polícia contabilizou entre 80 mil e 100 mil, enquanto a CGT falou em 600 mil. Outras cidades do país também registraram manifestações.

O ato em frente ao Congresso teve discursos inflamados. Um líder de caminhoneiros, Pablo Moyano, chegou a afirmar que, se o ministro da Economia, Luis Caputo, levasse a cabo as medidas previstas no pacote, os trabalhadores iriam “jogá-lo no Riachuelo (rio em Buenos Aires)”, o que gerou declarações de repúdio de governistas.

O dia também teve momentos de tensão devido aos bloqueios realizados por policiais, que impediam a passagem de grupos em direção ao Congresso. Os bloqueios fazem parte do “protocolo antipiquete” adotado pela ministra da Segurança, Patricia Bullrich, que proíbe a obstrução de vias em manifestações.

Em postagem em rede social, Bullrich afirmou que a greve era realizada por “sindicalistas mafiosos, juízes cúmplices e corruptos, todos defendendo seus privilégios, resistindo à mudança que a sociedade escolheu democraticamente”. O governo também prometeu descontar o dia do salário dos servidores que aderiram à greve.

Bullrich ainda criticou a presença, no ato da Capital, do governador da província de Buenos Aires, o peronista Axel Kicillof, adversário da gestão Milei.

## O que mudou

Confira as cinco principais concessões feitas pelo governo Milei para tentar aprovar a Lei Ônibus no Congresso.

- 1)** O texto estabeleceu o fim das Paso (eleições primárias) e a adoção do voto distrital para a eleição de deputados, em substituição ao modelo atual de lista de candidatos, mas as medidas foram retiradas.
- 2)** A petroleira YPF foi retirada da lista de 41 estatais que serão privatizadas.
- 3)** O período de “estado de emergência”, durante o qual Milei terá poderes extraordinários, com o direito de adotar medidas por decreto, foi reduzido de quatro para um ano.

**4)** O governo também recuou em relação às aposentadorias, que permanecerão na fórmula atual até março. A partir de abril, serão atualizadas mensalmente de acordo com os dados mais recentes de inflação. A versão original da proposta suspendia a fórmula de reajuste e dava poderes ao Executivo para estabelecer critérios para um novo cálculo.

**5)** Outro recuo envolve o setor cultural. A nova versão da proposta devolve a verba específica e automática ao Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (Incaa), responsável por boa parte do sucesso dos filmes argentinos no mundo, e mantém o Fundo Nacional das Artes, que seria extinto.

“

Pedimos aos deputados que não traíam os trabalhadores.

**PABLO MOYANO**  
Líder dos caminhoneiros

“

Não há greve que nos detenha, não há ameaça que nos intimide.

**PATRICIA BULLRICH**  
Ministra da Segurança

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Argentina **Página:** 8